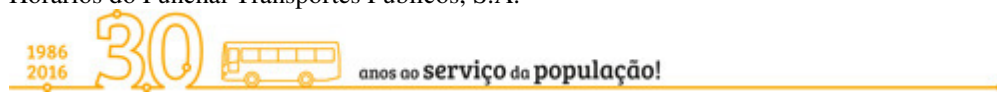


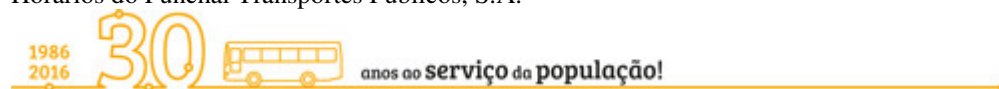
20
16



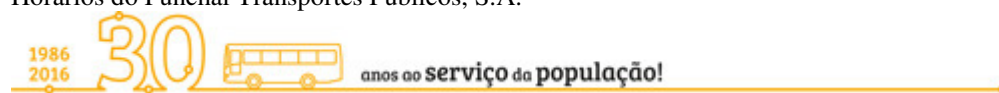
RELATÓRIO E CONTAS

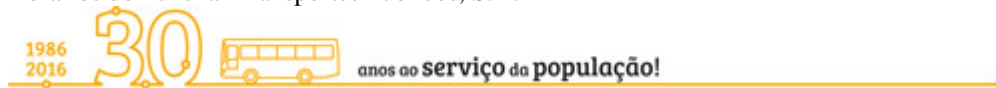
HORÁRIOS DO FUNCHAL TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.





O Relatório e Contas da Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 28 de março de 2017





HORÁRIOS DO FUNCHAL - TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

Sede: Travessa da Fundoa de Baixo, 5 – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

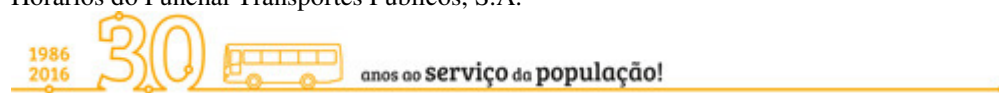
Sociedade Anónima

Registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o nº 03441/86.08.28, agora único 511 026 340

Pessoa Coletiva nº 511 026 340

Capital Social 17.852.360,00 Euros

Capital Próprio 16.388.764,87 Euros

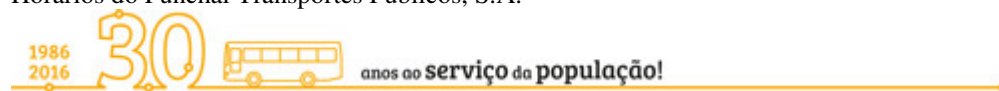


Índice

Relatório e Contas	9
Órgãos Sociais.....	11
Quadros Superiores.....	13
Painel de Bordo	14
Resultados Líquidos Unitários	17
Relatório de Gestão.....	18
Contas do Exercício	40
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	45
1. Identificação da entidade.....	45
1.1. Designação da Entidade	45
1.2. Sede	45
1.3. Natureza da atividade	45
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	45
2.1 Disposições gerais.....	45
2.2 Derrogações às disposições do SNC	46
2.3 Comparabilidade com o ano anterior	46
3. Principais políticas contabilísticas	46
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	46
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes	47
3.3 Principais estimativas e Julgamentos	59
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	62
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	62
4. Fluxos de caixa.....	62
4.1 Saldos não disponíveis, para uso.....	62
4.2 Desagregação de valores.....	63
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	63
6. Ativos fixos tangíveis	64
7. Ativos fixos intangíveis	67
8. Participações financeiras-método da equivalência patrimonial	68
9. Participações financeiras – outros métodos	69
11. Impostos sobre o rendimento.....	70

12.	Inventários.....	72
13.	Clientes.....	73
14.	Estado e outros entes públicos.....	74
15.	Outros créditos a receber.....	75
16.	Diferimentos.....	76
17.	Capital subscrito.....	77
19.	Reservas legais.....	77
20.	Outras reservas.....	77
21.	Resultados transitados.....	78
22.	Ajustamentos em ativos financeiros.....	78
23.	Excedentes de revalorização.....	78
	Outras variações no capital próprio.....	79
24.	Financiamentos obtidos.....	79
25.	Outras dívidas a pagar.....	81
26.	Fornecedores.....	83
27.	Vendas e serviços prestados.....	83
28.	Subsídios à exploração.....	84
29.	Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos.....	85
30.	Variação nos inventários da produção.....	85
31.	Trabalhos para a própria entidade.....	86
32.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	86
33.	Fornecimentos e serviços externos.....	88
34.	Gastos com o pessoal.....	90
35.	Outros rendimentos e ganhos.....	92
36.	Outros gastos e perdas.....	93
37.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	94
38.	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....	94
39.	Juros e gastos similares suportados.....	95
40.	Garantias.....	95
41.	Divulgações de partes relacionadas.....	96
42.	Acontecimentos após a data de balanço.....	97
	Anexo ao relatório do conselho de administração.....	98
	Certificação Legal de Contas.....	100
	Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	104

Relatório e Contas



Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE António José Jardim Faria

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

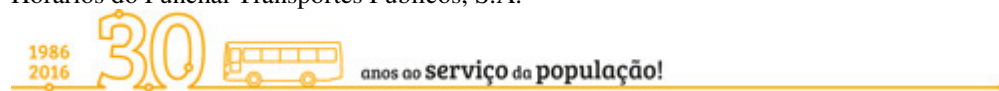
VOGAL Cláudia Patrícia Pereira do Couto Cardoso

VOGAL Susana Maria Florença Pinto Correia

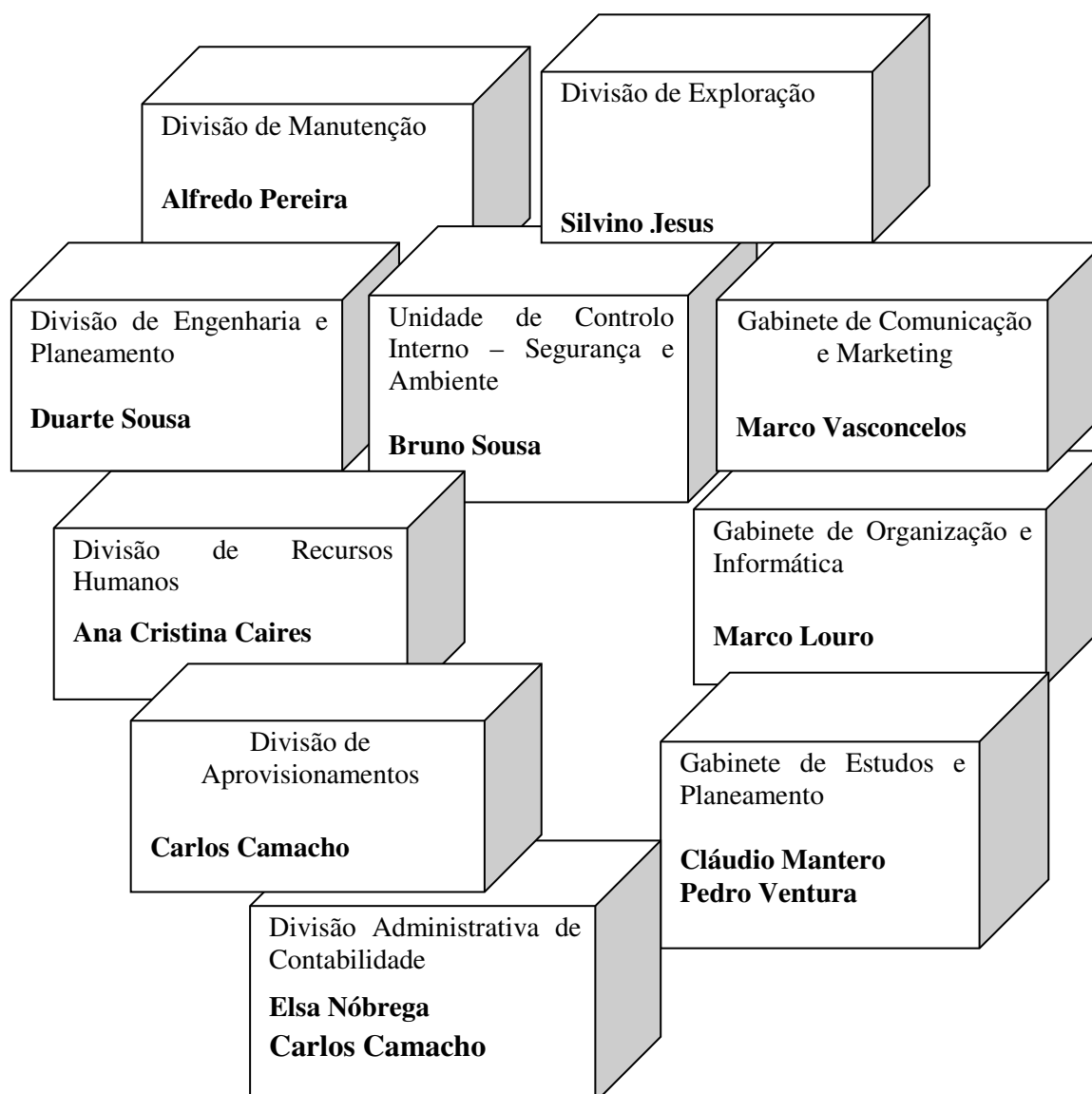
FISCAL ÚNICO

BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. SROC nº.29

Representado por João Paulo Torres da Cunha Ferreira ROC Nº.956



Quadros Superiores



Painel de Bordo

4 Números			3 Indicadores		
	2016	2015		2016	2015
Viaturas	154	163			
Motoristas	259	259	Motoristas / viatura	1,68	1,59
Metalúrgicos	91	93	Metalúrgicos / viatura	0,59	0,57
Total de trabalhadores	429	433	Total trab. / viatura	2,79	2,66

O Grupo HF, apresenta os seguintes indicadores:

4 Números			3 Indicadores		
	2016	2015		2016	2015
Viaturas	252	261			
Motoristas	324	324	Motoristas / viatura	1,29	1,24
Metalúrgicos	91	93	Metalúrgicos / viatura	0,36	0,36
Total de trabalhadores	498	502	Total trab. / viatura	1,98	1,92

Estrutura de gastos e rendimentos

Matérias consumidas	2.051.459,30	11,2%	Prestações de serviços	13.282.107,94	70,5%
Gasóleo	3.858.979,17	21,1%	Vendas	493.935,97	2,6%
Forn. serv. externos	1.626.143,31	8,9%	Trabalhos p. p. empresa	547.814,25	2,9%
Gastos com pessoal	8.909.252,58	48,7%	Rend. suplementares	3.324.891,02	17,6%
Gastos de Amortização	1.397.373,03	7,6%	Subsídios à exploração	1.154.297,90	6,1%
Outros gastos	465.599,06	2,5%	Outros ganhos	64.594,51	0,3%
18.308.806,45			18.867.641,59		

Resultado antes de impostos (sem equivalência patrimonial)

558.835,14

INVESTIMENTO – 2.800 mil Euros

Outros indicadores

População servida	106 mil	Taxa de ocupação	15%
Nº de carreiras	62	Lotação média	77 lugares
Extensão da rede	198 km	Velocidade média	17 km/h
Total de viagens	770 603	Passageiros transportados	17 milhões
		Quilómetros percorridos	5,7 milhões

Resultados Líquidos Unitários

Demonstração do resultado por Km percorrido

Custos e perdas	2016	2015
Custos exploração / Km	3,13	3,32
Outros custos / Km	0,08	0,19
Total de Custos / Km	3,21	3,51
Proveitos e ganhos		
Proveitos de exploração / Km	3,29	3,69
Outros proveitos / Km	0,01	0,07
Total de proveitos / Km	3,30	3,76
Resultado líquido / Km	0,09	0,25

Demonstração do resultado por passageiro transportado

Custos e perdas	2016	2015
Custos exploração / Passageiro	1,05	1,10
Outros custos / Passageiro	0,03	0,07
Total de custos / Passageiro	1,08	1,17
Proveitos e ganhos		
Proveitos de exploração / Passageiro	1,11	1,23
Outros proveitos / Passageiro	0,00	0,02
Total de proveitos / Passageiro	1,11	1,25
Resultado líquido / Passageiro	0,03	0,08



Relatório de Gestão

Senhores Acionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas da sociedade Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. seguidamente designada por HF, respeitante à atividade desenvolvida ao longo do ano de 2016.

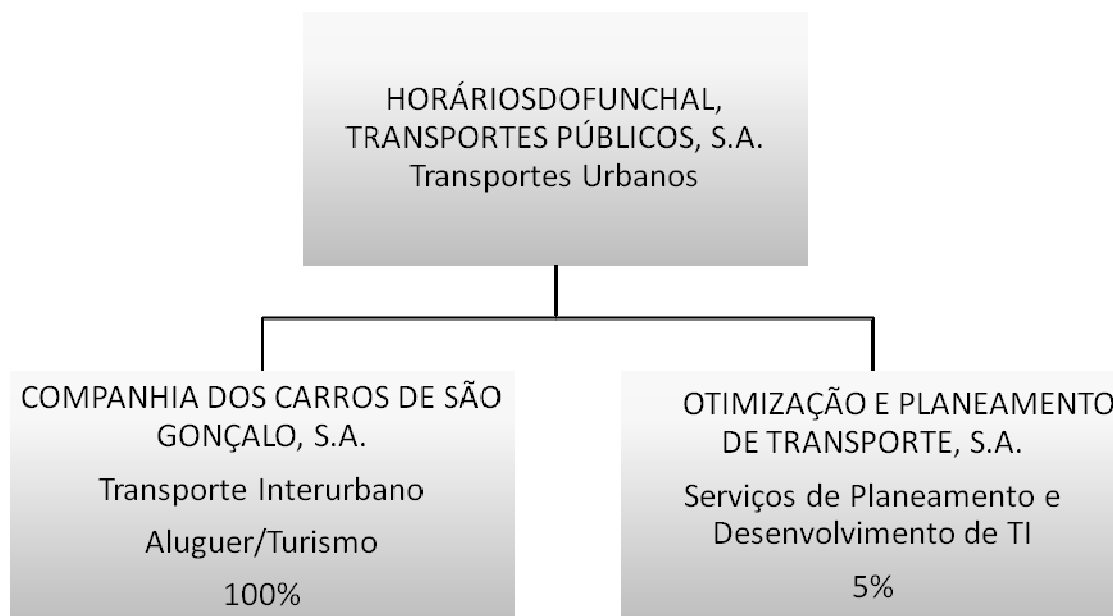
Apresentação

A Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF), sociedade comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira (RAM) e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. (EEM) detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 Euros.



Empresas Participadas

A HF detém participação social nas seguintes empresas:



ATIVIDADE

A HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão, em exclusivo, em circunstâncias e condições especiais, nas quais se relevam o seu espaço de atuação, na RAM-Concelho do Funchal, enfrentando uma difícil orografia, vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa, e desenvolvendo uma relevante função social.

A HF, atenta à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas atividades, dentro da nossa cidade, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida.

Para perceber um pouco a evolução da atividade da HF nestes últimos anos, é necessário relembrar que Portugal solicitou em 2011 assistência financeira internacional e que a Região Autónoma da Madeira solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento foi criado um Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para ser aplicado aos anos de 2011/2015. Com vista ao seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de modo a controlar o desequilíbrio das finanças públicas. Como resultado registou-se uma grande retração da economia, devido à redução do rendimento das famílias, à emigração e às elevadas taxas de desemprego, realidade esta que contribuiu fortemente para uma descida da mobilidade das populações e por conseguinte, afetando a atividade da HF.

O Plano acima referido tinha como um dos objetivos contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com capitais públicos. Impunha, entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, impedimento ao investimento e a aumentos salariais, corte nas indemnizações compensatórias e nos aumentos do tarifário.

Tais medidas, incluídas nos Orçamentos de Estado, e acompanhadas pelos Orçamentos da RAM para os anos de 2011/2016, não estão a sortir, na sua plenitude, os efeitos acima desejados, principalmente na atividade que desenvolvemos, transporte de passageiros, porque resultou num envelhecimento da frota, numa descida da receita e num decréscimo de passageiros transportados.

Nos exercícios de 2011 e 2012 as necessidades de tesouraria agravaram-se e todo o passivo da empresa cresceu. Em 2013, esta situação, foi, em parte, regularizada com alienação da participação financeira da empresa Teleféricos da Madeira S.A. No entanto a HF continuou e continua a sentir dificuldades financeiras decorrentes da redução/cortes do montante das indemnizações compensatórias e do peso dos encargos financeiros, embora não comparado com os exercícios anteriores, decorrentes dos empréstimos solicitados a instituições bancárias.

Há que relevar também o benefício do plano, no que diz respeito à redução de custos, que permitiu que a HF revisse toda a sua atividade, tanto nos custos com a contratação de bens e serviços, como nos custos com o pessoal e ainda com a gestão operacional da exploração dos seus serviços, ajustando a oferta à procura, o que resultou numa melhoria dos resultados apresentados nestes últimos anos.

Da atividade deste exercício e como já foi referido, verificou-se uma melhoria tanto nos resultados operacionais como nos financeiros. Contudo as necessidades de tesouraria continuam presentes, mesmo com uma acentuada descida das taxas de juro, indexantes à taxa Euribor e respetivos encargos, sendo imprevisível quanto à sua manutenção. Por outro lado há a incerteza quanto ao montante e datas na atribuição e recebimento das indemnizações compensatórias que influenciam um correto planeamento financeiro e por conseguinte a gestão de tesouraria da empresa.

Do exposto e complementando a breve análise à atividade da HF, abaixo referimos os principais motivos que contribuíram para o resultado deste exercício:

- No custo do litro do gasóleo, motivado pela grande concorrência na oferta, fez com que a HF conseguisse um melhor preço de aquisição resultando numa redução significativa deste gasto. No entanto há a realçar que ao longo do ano, o preço unitário, tem vindo sempre a aumentar, diluindo assim o efeito inicialmente esperado;
- Na continuação da redução de outros gastos, em praticamente todos os serviços externos relevantes, devido a novas negociações e contratualizações, nomeadamente serviços de limpeza, vigilância, trabalhos especializados e de manutenção e em gastos com o pessoal, principalmente pela diminuição de remunerações resultantes da legislação e por cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo;
- Redução das prestações de serviço e manutenção do tarifário;
- Na redução da indemnização compensatória, embora ainda por estimativa, em resultado do contrato assinado no final deste exercício e do protocolo do ano anterior.

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados da empresa, encontram-se dependentes da continuidade da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020. Este plano resultou em parte do seguinte:

- Nos termos do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, os Municípios são as Autoridades de Transportes competentes quanto aos serviços



públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal que se desenvolvam na respetiva área geográfica;

- Que o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros foi adaptado à Região Autónoma da Madeira através do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2016/M, de 17 de agosto, o qual veio clarificar a opção de assunção de competências atribuída aos Municípios no artigo 14.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, para que todos os agentes envolvidos (Município, Região Autónoma da Madeira, operadores e passageiros) possam atuar de acordo com um quadro de estabilidade e previsibilidade relativamente às competências de cada um;
- Que o Município do Funchal notificou a Secretaria Regional com a tutela dos transportes da sua decisão de não assunção transitória, das competências que lhe são concedidas pelo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros relativamente aos serviços de transporte de âmbito municipal realizados na sua área geográfica, continuando nesse caso os direitos, poderes e deveres que ao mesmo cabe, nos termos daquele regime, a ser assegurados supletivamente pelo Governo Regional da Madeira, até 31 de dezembro de 2016.

Complementarmente:

- A realização da parte restante das prestações suplementares de capital na nossa participada, SG, relembrando, o capital próprio da SG em 2015 era no valor de 1.181.068,98 euros, que se encontrava abaixo de 50% do valor do Capital Social. Para ultrapassar esta situação, e dar cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia Geral de 30/12/2015, os acionistas da HF, Região Autónoma da Madeira e Empresa de Electricidade da Madeira aprovaram a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 euros, e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016;
- A alienação da estação de serviço da Camacha, em 29/12/2016, à nossa participada SG, por ser esta a principal utilizadora deste espaço.

A OFERTA

A exemplo dos anos anteriores, a extensão da rede de exploração manteve-se inalterada nos 198 Km.

Foram efetuadas várias alterações e ajustes na oferta de serviços, carreiras, viagens e horários, sem prejudicar a mobilidade das pessoas/clientes, dando continuidade às já implementadas nos anos anteriores.

A lotação média manteve-se nos 77 lugares.

A oferta, aferida pelo indicador de Lugares/Quilómetro Oferecidos, registou uma descida de 0,7%, em resultado da redução do número de quilómetros úteis produzidos (- 14.771 km), justificado pela seguinte forma:

- Eliminação de viagens no horário regular de algumas carreiras e supressão de prolongamentos também de carreiras;
- Serviços não realizados e encurtamento de trajetos de algumas carreiras, durante alguns meses, motivado pelos incêndios ocorridos no mês de agosto do presente exercício;
- Encurtamento de trajetos por interrupções prolongadas de trânsito;
- Viagens não realizadas por falta de autocarros na rede das Zonas Altas;
- Efetuar serviço de sábado em alguns feriados e tolerâncias de ponto.

Foram realizadas 770.603 viagens mais 1.033 que no ano anterior, justifica-se pelo fato da linha Eco deixar de ter indicadores próprios e ser integrada na rede urbana, ou seja, passou a ser um serviço regular com circuito definido e mantendo-se o nome de Linha Eco. Justifica-se também pelo fato de ser um ano bissexto.

A velocidade comercial, apurada foi de 16,9 Km/hora na Rede Geral e de 15,6 Km/hora nas Zonas Altas.

O total de quilómetros percorridos foi de 5.708.988, menos 12.767 Km (-0,2%) que no ano anterior.

O quadro seguinte resume os principais indicadores, da oferta, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2016	2015	Quant.	%
Km Úteis	5 313 931	5 328 702	- 14 771	-0,3%
Km em Vazio	395 058	393 053	2 005	0,5%
Total/Km	5 708 988	5 721 755	- 12 767	-0,2%
% Km Vazios	6,92	6,80	0	1,8%
Lotação Média	77	77	0	0,0%
Lug. Km Oferecidos	407 874 807	410 764 601	-2 889 794	-0,7%
Viagens Realizadas	770 603	769 570	1 033	0,1%
Velocidade Média	16,9	17,1	0	-1,2%

A PROCURA

Carreiras regulares

O número de passageiros transportados foi de 16.978.545, menos 238.877 que no ano anterior (-1,39%). Os fatores que mais contribuíram para esta redução foram o desemprego, a emigração e a redução da população residente no Concelho do Funchal.

Verificou-se uma diminuição, quase generalizada, na quantidade de títulos de transporte vendidos, mas principalmente nos títulos mais utilizados pela população residente, bilhetes pré-comprados e passes sociais. Abaixo apresentamos, de uma forma sintetizada, as variações dos títulos comparativamente com o ano anterior:

- Bilhetes -1,64%;
- Passes sociais – 1,02%;
- Outros títulos -0,11%.

Analisando o tipo de títulos, verificamos:

- Descida nos bilhetes pré-comprados, nos passes Social I, Sénior I, Criança, Estudante, Reformado/Pensionista, anual e nos combinados com as redes interurbanas;
- Subida nos bilhetes de bordo, passe Social II, Social Invalidez, nos bilhetes multiviagem e nos passes de 15 dias e 30 dias;
- Nos outros títulos, releva-se a redução do passe férias estudante, embora tenha havido uma campanha de promoção dos mesmos, reduzindo o preço unitário, e nos bilhetes da festa do Monte dado a mesma não ter sido realizada em consequência dos incêndios que deflagraram na nossa ilha, próximo aquela data festiva.

A taxa de ocupação foi de 14,82% e no ano anterior de 14,92%.

O quadro seguinte resume os principais indicadores de procura.

Indicadores	2016	2015	Variação	
			Quantidade	%
Passageiros Transportados	16 978 545	17 217 422	- 238 877	-1,39%
Percurso Médio	3,56	3,56	0,00	0,00%
Passsg./ Km/ Transportados	60 443 620	61 294 022	- 850 402	-1,39%
Taxa de Ocupação	14,82	14,92	-0,10	-0,67%
Base Tarifária Média	0,23	0,23	0,00	0,00%



Serviço para pessoas com mobilidade reduzida (PMR)

Foram transportados 19.034 passageiros, mais 1.273 (7,2%) do que em 2015 e percorridos 88.002 Km, menos 3.155 Km (-3,5%) que no ano anterior.

O serviço é realizado com 3 mini autocarros adaptados, especialmente para este serviço.

Rede de paragens

Foram executados os necessários trabalhos de manutenção na rede de paragens. Um serviço de execução simples, mas importante na preservação da imagem da empresa e essencial para a correta perceção e identificação dos pontos de acesso ao serviço, por parte dos motoristas e dos clientes.

Fiscalização

Foram fiscalizadas 18.595 viagens, menos 18.180 que no ano anterior, o que corresponde a 2,4% do total das viagens realizadas. Esta redução deve-se essencialmente à redução do número de fiscais ao serviço. Eram 6 e no presente exercício 3.

O total de passageiros fiscalizados foi de 257.320, menos 212.381 o que representa -45% face ao ano anterior.

Foram apenas detetadas 11 infrações, mais 2 que no ano anterior.

ATIVIDADE OFICIAL

Frota

O número de autocarros da HF, em 31 de dezembro, era de 158, dos quais 13 para o serviço prestado nas zonas altas, 3 para o serviço de transporte de pessoas de mobilidade reduzida (PMR) e 4 para o serviço da linha ECO (presentemente imobilizadas).

Foram adquiridas 4 novas viaturas para o serviço das Zonas Altas.

Procedeu-se ao abate de 9 viaturas, por não se justificar a sua reparação/ reconstrução.

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros, 19 anos;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR), 12 anos;
- Serviço da linha ECO, 10 anos, presentemente imobilizadas.



A taxa de imobilização das viaturas foi a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros, 16,62% e no ano anterior de 17,38%;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR), 22,48% e 15,33% no ano anterior.

Serviço oficial

As oficinas HF asseguram a manutenção das frotas do Grupo, HF e SG, da nossa parceira Carristur e prestam alguns serviços a clientes externos.

Factos mais relevante da HF:

- Manutenção preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, a HF tem um plano anual para a realização das revisões periódicas. Foram efetuadas 526 revisões, menos 12 do que no ano anterior;
- Inspeções periódicas - Foram realizadas 247 inspeções, menos 47 do que no ano anterior;
- Custo quilómetro/manutenção viatura do serviço geral foi de 0,32 euros.

Custo de manutenção/reparação

O custo das obras de manutenção/ reparação foi reduzido em cerca de 567 mil euros, sendo 548 mil euros só nas viaturas da HF e de acordo com os quadros seguintes:

Obras	2016	2015	Variação
Materiais de armazém	1.801.478,03	1.858.463,40	-56.985,37
Mão de Obra	1.953.121,45	2.470.272,09	-517.150,64
Trabalhos no Exterior	345.637,27	338.183,46	7.453,81
Total	4.100.236,75	4.666.918,95	-566.682,20

Por tipo de obra:

Obras	2016	2015	Variação
Viaturas HF	2.158.581,67	2.706.629,96	-548.048,29
Viaturas externas à HF	1.186.712,82	1.243.079,88	-56.367,06
Fabrico recuperação de peças	177.709,63	130.704,60	47.005,03
Reconstruções de viaturas HF	5.771,63	0,00	5.771,63
Viaturas sinistradas	57.741,15	62.680,06	-4.938,91
Instalações e equipamentos da HF	420.886,65	474.130,27	-53.243,62
Tempos mortos (oficina)	92.833,20	49.694,18	43.139,02
Total	4.100.236,75	4.666.918,95	-566.682,20

O custo das obras para o exterior reduziu em 4,53% face ao ano anterior e de acordo com o quadro abaixo:

Obras para o exterior	2016	2015	Variação
SG	1.078.073,16	1.113.889,16	-35.816,00
Carristur	103.177,90	117.616,76	-14.438,86
Outros	5.461,76	11.573,96	-6.112,20
Total	1.186.712,82	1.243.079,88	-56.367,06

Peso do custo das obras por cliente:

- A SG representa 91%;
- A nossa parceira Carristur, representa 8,5%;
- Restantes clientes, representam, 0,5%.

Foram utilizadas 101 mil horas de mão-de-obra nas reparações efetuadas na oficina, menos 29 mil horas que no ano anterior, distribuídas pela seguinte forma:

- Em obras internas, HF, 71 mil horas, menos 27 mil;
- Em obras para o exterior, 30 mil horas, menos 2 mil.

Combustível/Gasóleo

Consumos da HF

- A quantidade de gasóleo consumida pelas viaturas afetas ao serviço de transporte público foi de 3.703 mil litros, menos 41 mil litros que no ano anterior, justificado pela redução do número de quilómetros percorridos, menos 12.767Km;



- O custo com o consumo de 3.703 mil litros de gasóleo, foi de 2.904 mil euros, menos 220 mil euros que o ano anterior;
- A média do consumo de combustível por 100 Km diminuiu, sendo em 2016 de 63,60 L e no ano anterior de 64,14 L.

APROVISIONAMENTOS

Artigos em Armazém/inventários

As existências em armazém, a 31 de dezembro, eram no montante de 706 mil euros, superior ao ano anterior em 20 mil euros.

Para satisfazer as necessidades da empresa, as intervenções na área da manutenção e técnica têm de ser rápidas, eficientes e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo, e por estar distante dos grandes centros de fornecimento de peças, o armazém necessita de ter maior quantidade e diversidade de artigos em stock, quando comparado com outras empresas do sector fora da região. Como consequência encontram-se no stock, artigos de baixa rotação, com imprevisível data de utilização, mas não obsoletos.

Assim, como nos anos anteriores, utilizando o princípio da prudência, foram efetuados ajustamentos para cobrir a eventual perda de valor de mercado. O montante registado em perdas de imparidade é de 190 mil euros, menos mil que no ano anterior.

Compras

O volume de compras para inventários no ano 2016 foi no montante de 5.716 mil euros menos 329 mil euros do que no ano anterior. O valor das compras de gasóleo foi de 3.864 mil euros, menos 281 mil euros que no ano anterior.

RECURSOS HUMANOS

Principais indicadores:

Indicadores	2016	2015
Nº Funcionários	429	433
Saídas	4	15
Entradas	0	4
Taxa de absentismo	2,94%	4,16%
Taxa Trab. Suplementar	3,51%	3,82%
Formação		
Cursos	27	19
Formandos	325	102
Horas formação	2.438	1.603
Exames médicos periódicos	245	245
Exames médicos ocasionais	1.030	1.028
Acidentes de trabalho	13	18
Álcool testes efectuados	1.981	3.684
Testes positivos	16	9

O número médio de trabalhadores em 31/12/2016 foi de 431.

Nos indicadores supra não estão incluídos os 11 trabalhadores com contrato de cedência à nossa parceira Carristur, sendo 10 motoristas e 1 administrativo.

COMUNICAÇÃO E MARKTING

Sendo uma das necessidades primárias da HF a satisfação do cliente, foi neste sentido que a comunicação e marketing se focalizou para atrair e influenciar o cliente na sua mobilidade, através das seguintes atividades:

- Interação/comunicação com os diferentes tipos de clientes e público em geral, tomando em consideração as diferentes características da informação, nomeadamente no que se refere ao ciclo de vida dos serviços/produtos, natureza, disponibilidade, grau de integração e tipologia de interação;
- Visibilidade e notoriedade da HF, através da divulgação da sua atividade, do empenho dos colaboradores, dos serviços oferecidos e dos projetos desenvolvidos;
- Publicidade institucional e venda de espaços a terceiros para publicitarem os seus produtos nos nossos autocarros.

PROJECTOS EUROPEUS

A HF continua a promover a mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objetivos da União Europeia, Portugal e RAM, tendo implementado ou a implementar os seguintes projetos:

- Com vista à melhoria da informação disponibilizada aos turistas, incentivando-os a utilizar o transporte público, foi aprovada uma candidatura ao projeto *SEEMORE*. Foi um projeto do programa *Intelligent Energy Europe* (IEE), que contou com a participação de 8 regiões europeias. A HF foi a única parceira local do projeto, liderou e coordenou a implementação conjunta do consórcio. O projeto iniciou-se em 2012 e terminou em 2015, tendo sido recebido, no presente exercício, o saldo final em dívida no montante de 52 mil euros;
- No domínio da mobilidade urbana, os projetos europeus, têm na HF um papel importante, pois constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras e a promoção na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região com os exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito. Por este fato a HF candidatou-se e foi aprovado o projeto *CIVITAS DESTINATIONS*, no âmbito do programa Horizonte 2020 da União Europeia, em conjunto com mais 5 ilhas Europeias, Las Palmas de Gran Canaria (Espanha), Elba (Itália), La Valetta (Malta), Rethymno (Grécia) e Limassol (Chipre). O projeto teve início a 01 de setembro de 2016 e terá uma duração de 4 anos e com os seguintes objetivos:
 - Melhorar as acessibilidades;
 - Reduzir as emissões poluentes e melhorar a qualidade do ar;
 - Reduzir o consumo de energia;
 - Fortalecer a equidade social;
 - Melhorar a eficácia e da integração entre serviços de transporte.

A coordenação do projeto, a liderança regional e a liderança da avaliação local está a cargo da HF.

AMBIENTE

A HF está firmemente empenhada na Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente. Faz parte da sua cultura e estratégia e para o efeito criou uma Unidade específica de controlo interno em segurança e ambiente, para implementar, acompanhar e verificar o cumprimento de regras internas e da legislação em vigor, desenvolvendo esforços para minimizar os impactos



decorrentes da sua atividade. Prevenir os riscos profissionais, promover a saúde no trabalho, reduzir as taxas de absentismo e sinistralidade, aumentar a motivação dos trabalhadores e aumentar a produtividade são outras competências da unidade criada.

ECONOMIA E FINANÇAS

O resultado líquido (próprio) deste exercício é positivo em 567.877,36 euros, ou seja, antes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

O resultado líquido positivo de 637.366,88 euros, apresentado nas demonstrações financeiras, resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, para valorização dos investimentos financeiros/participações de capital, neste caso da participada SG, no montante do seu resultado líquido positivo de 69.489,52 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é no valor estimado de 9.042,22 euros. Os impostos diferidos totalizaram 100.584,87 euros e o imposto sobre o rendimento do exercício é no montante de 91.542,65 euros.

Numa primeira análise às demonstrações financeiras, aparentemente verifica-se que o resultado do exercício é inferior ao apresentado no ano anterior, refletido num EBITDA positivo de 2.387 mil euros, menos 1.572 mil euros. No entanto, foi o corte na indemnização compensatória do exercício, no montante de 2.370 mil euros que influenciou significativamente aquele resultado.

Reformulando, o EBITDA do exercício passaria para 4.776 mil euros, mais 817 mil euros que o ano anterior.

A comparação com o ano anterior das rubricas mais significativas, constantes da Demonstração dos Resultados por Naturezas, são as seguintes:

Nos custos e gastos:

- Reduções:

- No custo das mercadorias vendidas e consumidas, 396 mil euros, sendo nas mercadorias de 12 mil euros e nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, 384 mil euros. Foi o custo do consumo do gasóleo que mais contribuiu para esta diferença, 315 mil euros. Quanto aos restantes bens, menos 69 mil euros, que oscilaram entre variações positivas e negativas, mas



destacando-se os pneus e materiais para direção eixos e travões, ambos em menos 34 mil euros;

- Nos fornecimentos e serviços externos, em 53 mil euros, sendo os estudos e projetos, realizados no ano anterior e terminados neste exercício, que mais influenciaram esta redução, em 47 mil euros. Nas restantes rubricas releva-se a redução nos serviços de auditoria, serviços de vigilância e segurança e seguros;
- Nos gastos com pessoal, em 408 mil euros, destacando-se:
 - O descanso compensatório por trabalho suplementar prestado, em exercícios anteriores, em menos 322 mil euros, sendo apenas de 32 mil euros no presente exercício e no anterior ascendeu a 354 mil euros;
 - As indemnizações a trabalhadores, por cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo, em 16 mil euros;
 - As remunerações em geral e respetivos encargos, com uma redução de 131 mil euros, exceto em horas extras e agente único, mas a variação entre as diversas rubricas não são relevantes, dado que houve uma redução de 4 trabalhadores, dos quais um quadro dirigente. No entanto, destaca-se as remunerações dos órgãos sociais que foram reduzidas em 57 mil euros, como consequência da alteração da legislação vigente.
- Nos gastos de depreciação e amortizações em 308 mil euros, que é resultante dos bens que terminaram a sua vida útil e do acréscimo do exercício, principalmente pela aquisição de 4 viaturas, órgãos de substituição de viaturas e novos equipamentos, quer de informática quer da oficina;
- Nos juros e gastos similares suportados, em 468 mil euros, motivado pelas amortizações de capital dos financiamentos contraídos junto das instituições financeiras, pela redução das taxas de juro e respetivas comissões, renegociadas, neste exercício;
- Nos ganhos/ perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, em 182 mil euros, justificado pela aplicação do método da equivalência patrimonial, da SG, tendo sido registado prejuízos, no exercício anterior de 113 mil euros e no presente exercício um lucro de 69 mil euros;



- Nos outros gastos e perdas, sem qualquer relevo, exceto no que diz respeito à estimativa de imposto do ano anterior que foi de 12 mil euros.

- Aumentos:

Em aumentos/reduções de justo valor, sem qualquer significado.

Nos rendimentos e ganhos:

- Reduções:

- Nas vendas e prestações de serviços, 86 mil euros, sendo os títulos de transporte, bilhetes e passes, em 95 mil euros, o que mais contribuiu para esta diferença. Os títulos de transporte com reduções mais significativas foram os pré-comprados adulto e criança os passes sociais I e II e os passes escolares;
- Nos subsídios à exploração, 2.397 mil euros, sendo justificado principalmente pelo fato da Indemnização Compensatória do ano de 2016, atribuída pelo contrato assinado em 31/12/2016, no valor de 3.289 mil euros, ter sido reduzida para 1.019 mil euros e a diferença no montante de 2.270 mil euros foi paga através da realização de prestações suplementares de Capital. Justifica-se também, em parte, pelo registo de 129 mil euros de IVA liquidado sobre as indemnizações compensatórias (IC) recebidas no período de agosto de 2014 a agosto de 2016 e regularizado junto da Autoridade Tributária, pelo fato da HF ter considerado que as IC não se encontravam sujeitas a IVA.

O contrato acima, refere ainda:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2016, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, deste exercício, será efetuado pela Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, outorgante deste protocolo, até 31/08/2017;
- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2015, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;



- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Retomando as reduções em rendimentos e ganhos temos:

- Nas imparidades, das dívidas a receber e de inventários, 4 mil euros, devido essencialmente à reversão de ajustamentos efetuados em exercícios anteriores;
- Em outros rendimentos e ganhos, 152 mil euros, resulta essencialmente da diminuição do valor de cedências de existências a terceiros, principalmente gasóleo, na redução do valor de obras para terceiros e subsídios ao investimento.

- Aumentos:

- Nos trabalhos para a própria empresa, 42 mil euros, referem-se às reparações de órgãos de substituição de viaturas, reparação/recuperação de peças para o armazém e remunerações para o projeto subsidiado por fundos comunitários, Civitas Destination;
- Na variação da produção, 57 mil euros;
- Nos ganhos e perdas imputados de subsidiárias, releva-se o resultado positivo da SG, em 69 mil euros e no exercício anterior foi negativo de 113 mil euros.

Nas restantes rubricas de ganhos não existe diferenças significativas a registar.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Descrição	2016	2015	Variação
Activo não corrente	26.575.404,26	26.575.827,83	0,00 %
Activo corrente	5.681.945,41	5.028.731,75	12,99 %
Diferimentos activos	63.078,37	115.413,03	-45,35 %
Caixa e depósitos bancários	1.130.085,05	680.220,86	66,14 %
Total do activo	32.257.349,67	31.604.559,58	2,07 %
Capital realizado	17.852.360,00	17.852.360,00	0,00 %
Capital próprio	16.388.764,87	13.081.859,27	25,28 %
Diferimentos passivos	403.982,76	418.323,60	-3,43 %
Passivo	15.868.584,80	18.522.700,31	-14,33 %
Vendas e prestações de serviços	13.776.043,91	13.861.662,31	-0,62 %
Resultados operacionais	989.446,20	2.137.411,08	-53,71 %
Resultados antes de impostos	628.324,66	1.308.660,89	-51,99 %
Imposto sobre o rendimento do exercício	9.042,22	-196.008,61	104,61 %
Resultado líquido do exercício	637.366,88	1.112.652,28	-42,72 %

INVESTIMENTO

O montante total investido, foi de 2.800 mil euros, sendo 1.700 mil euros em investimentos financeiros e 1.100 mil euros em investimentos não financeiros, com a seguinte justificação:

No financeiro, pelo facto do Capital Próprio da SG, nossa participada, se encontrar abaixo de 50% do valor do Capital Social e para ultrapassar esta situação e dar cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia Geral de 30/12/2015, os acionistas da HF, por proposta do Conselho de Administração, aprovaram a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros, e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

No não financeiro, destaca-se, 678 mil euros em 4 novas viaturas para utilização na rede das Zonas Altas, 342 mil euros em reparações de órgãos/componentes de substituição de viaturas e 80 mil euros em equipamentos de bordo de viaturas, equipamentos administrativos e outras imobilizações corpóreas.

Para além do acima referido, ainda 49 mil euros na aquisição de bens e serviços, custos de projetos financiados por Fundos Comunitários, Civitas Destination, e que a HF opta por registar em ativos fixos intangíveis e reconhecendo o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

DESINVESTIMENTO

Os montantes desinvestidos foram montante de 3.995 mil euros, justificado da seguinte forma:

Em terrenos e edifícios, no montante de 1.629 mil euros, por alienação da Estação da Camacha;

Em equipamento Básico, 1.636 mil euros, no abate de 9 viaturas, 541 mil em órgãos de substituição e 8 mil euros praticamente em equipamentos de bordo, por se encontrarem em estado degradado e não se justificando a sua reparação;

Em equipamento administrativo e outros ativos fixos tangíveis, 181 mil euros, sendo essencialmente equipamentos informáticos, *software* e equipamentos da oficina, que se encontravam danificados/ sem recuperação e o equipamento que fazia parte das instalações da Estação da Camacha, por alienação.

FINANCIAMENTO

A HF, neste exercício, cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Foi amortizado capital, durante este exercício, no montante de 3.506 mil euros.

Reformulou-se/transformou-se em mútuo com hipoteca, os 3 financiamentos detidos junto da Caixa Geral de Depósitos, por contrato assinado entre as duas entidades, em 16/03/2016, no montante de 2.815 mil euros, tendo sido dado como hipoteca os dois prédios rústicos acima mencionados na Nota 6, por tempo indeterminado e subsistirá enquanto se mantiver as responsabilidades que assegura.

Recorreu-se a um novo financiamento em sistema de leasing, pelo período de 8 anos, junto do Banco BIC, no montante de 670 mil euros, para a aquisição de 4 novas viaturas.

Foi necessário recorrer ao longo do ano, para superar necessidades de tesouraria, a financiamentos bancários, de curto prazo, em modalidade de crédito em conta corrente, atingindo no final do exercício o montante de 2.000.000,00 euros e, como segue:

- O financiamento de 1.500.000,00 euros, contraído junto do banco BIC;



- O financiamento de 500.000,00 euros, também em modalidade de crédito em conta corrente, contraído junto da CGD.

De realçar a redução dos custos dos financiamentos, de 829 mil euros para 361 mil euros, menos 468 mil euros, justificado essencialmente por amortização de capital, renegociação dos empréstimos junto da CGD, unificando-os e prolongando o prazo de pagamento, por contratualização/revisão das taxas de juro e respetivas comissões.

PERSPECTIVAS FUTURAS

As tarifas dos títulos de transporte, praticadas e aplicadas pela HF nas suas vendas, são fixadas pelo Governo Regional da Madeira, através de uma portaria criada para o efeito. O tarifário, em 2017, não foi alterado e não é do nosso conhecimento que o venha a ser.

Continuamos a sentir dificuldades em retomar níveis mais elevados de procura, apesar das anunciadas perspetivas de crescimento económico e de redução do desemprego, fatores que influenciam o aumento da mobilidade, mas insuficientes para se conseguir, a curto prazo, melhorar a performance da nossa atividade.

A HF vai desenvolver a sua atividade focalizada no contínuo ajustamento da oferta à procura, o que proporcionará por si só uma diminuição de custos, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Nos custos com os combustíveis estima-se que venham a sofrer um acréscimo, atendendo à evolução do preço do petróleo no mercado.

A HF prevê receber as Indemnizações Compensatórias do ano 2016 até o final de abril de 2017 e as de 2017, sem qualquer previsão, atendendo que, à data do presente relatório, ainda não foi assinado o respetivo contrato.

Em 2017, está previsto um investimento de 4.300 mil euros, sendo 3.200 mil euros em autocarros e 1.100 mil euros, praticamente na modernização, novas tecnologias, do equipamento e *software* da empresa.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.



Na preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções relevantes.

No decorrer deste exercício, foram nomeados novos Órgãos Sociais para o exercício de funções no próximo triénio 2016/2018. Por este facto, o Conselho de Administração informa que os anteriores Órgãos Sociais cessaram as suas funções em 31/03/2016 e eram compostos da seguinte forma:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: João Heliodoro da Silva Dantas

Secretário António Manuel Pita Rentróia

Conselho de Administração

Presidente: Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogais:

João Alcindo de Freitas

António José Jardim Faria

Fiscal Único

KPMG & Associados S.R.O.C. representada por Adelaide Maria Veigas Clare Neves, ROC nº 862.

O novo Conselho de Administração, tomou posse em 01/04/2016.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e com os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados da HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que do Resultado Líquido do Exercício, positivo em 637.366,88 euros seja cativado 5%, do seu valor, no montante de 31.868,34 euros para reservas legais e que o remanescente, 605.498,54 euros sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 22 de março de 2017

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente

Cláudia Patrícia Pereira do Couto Cardoso Vogal

Susana Maria Florença Pinto Correia Vogal



Contas do Exercício

BALANÇO

Rubricas	Notas	2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	23.609.845,76	25.379.758,85
Activos intangíveis	7		
Participações financeiras _ Método de equivalência patrimonial	8	2.950.558,50	1.181.068,98
Participações financeiras - outros métodos	9	15.000,00	15.000,00
Créditos a receber			
		26.575.404,26	26.575.827,83
Activo corrente			
Inventários	12	604.638,03	550.153,45
Clientes	13	493.502,81	410.631,10
Adiantamentos a fornecedores		2.446,69	104,42
Estado e outros entes públicos	14	328.860,51	114.283,14
Accionistas / sócios		2.150,32	3.833,92
Outros créditos a receber	15	3.056.286,12	3.151.016,02
Diferimentos	16	63.078,37	115.413,03
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros	10	897,51	3.075,81
Caixa e depósitos bancários	4	1.130.085,05	680.220,86
		5.681.945,41	5.028.731,75
Total do activo		32.257.349,67	31.604.559,58
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	17.852.360,00	17.852.360,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	2.389.475,00	0,00
Reservas legais	19	311.837,07	256.204,46
Outras reservas	20	139.663,87	139.663,87
Resultados transitados	21	-21.211.439,43	-22.950.941,04
Ajustamentos em activos financeiros	22	-151.571,69	-151.571,69
Excedentes de revalorização	23	15.644.113,27	16.326.595,21
Outras variações no capital próprio	11 e 24	776.959,90	496.896,18
Resultado líquido do período		637.366,88	1.112.652,28
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		16.388.764,87	13.081.859,27
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	25	4.105.760,97	3.930.856,44
Passivos por impostos diferidos	11 e 24	3.576.259,19	3.600.138,68
		7.682.020,16	7.530.995,12
Passivo corrente			
Fornecedores	27	1.113.121,05	1.217.115,64
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14	246.932,31	299.698,89
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	25	3.776.674,50	6.267.785,74
Outras dívidas a pagar	26	2.645.854,02	2.788.781,32
Diferimentos	16	403.982,76	418.323,60
		8.186.564,64	10.991.705,19
Total do passivo		15.868.584,80	18.522.700,31
Total do capital próprio e do passivo		32.257.349,67	31.604.559,58

O Contabilista Certificado

O Conselho Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	28	13.776.043,91	13.861.662,31
Subsídios à exploração	29	1.175.699,10	3.572.770,45
Ganhos/Perdas imp. subs., assoc. e emp. conjuntos	30	69.489,52	-112.972,51
Variação nos inventários da produção	31	34.346,29	-22.572,60
Trabalhos para a própria entidade	32	547.814,25	505.947,18
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	33	-5.910.438,47	-6.306.335,27
Fornecimentos e serviços externos	34	-1.626.143,31	-1.679.131,63
Gastos com pessoal	35	-8.909.252,58	-9.317.047,76
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	477,77	6.938,75
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	13,14,15	3.369,25	105.188,75
Provisões (aumentos/reduções)		5.000,00	0,00
Imp. de invest. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	0,00	585,45
Aumentos/Reduções de justo valor		-2.167,41	-1.056,72
Outros rendimentos e ganhos	36	3.324.891,02	3.476.749,17
Outros gastos e perdas	37	-102.310,11	-132.194,43
Resultado antes de dep, gastos de finan. e impostos		2.386.819,23	3.958.531,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38	-1.397.373,03	-1.705.679,30
Imp. de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	39	0,00	-115.440,76
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		989.446,20	2.137.411,08
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	40	-361.121,54	-828.750,19
Resultado antes de impostos		628.324,66	1.308.660,89
Imposto sobre rendimento do período	11	9.042,22	-196.008,61
Resultado líquido do período		637.366,88	1.112.652,28

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	2016	2015
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	14.992.575,38	15.268.388,91
Pagamento a fornecedores	-9.447.824,37	-10.371.937,68
Pagamentos ao pessoal	-5.250.285,88	-5.389.097,52
Fluxos de caixa das actividades operacionais	294.465,13	-492.646,29
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-157.211,26	162.764,87
Outros recebimentos / pagamentos	837.665,32	5.233.053,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	974.919,19	4.903.171,58
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos fixos tangíveis	-863.268,52	-86.742,37
Activos fixos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-1.700.000,00	-1.000.000,00
Outros activos		
Recebimentos de		
Activos fixos tangíveis	1.536.600,00	
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	626.232,73	7.596,59
Juros e rendimentos similares	2.048,61	1,30
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-398.387,18	-1.079.144,48
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento obtidos	10.135.000,00	16.324.000,00
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio	2.389.475,00	17.620,00
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos	-12.500.303,78	-19.900.457,35
Juros e gastos similares	-150.839,04	-404.174,91
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-126.667,82	-3.963.012,26
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	449.864,19	-138.985,16
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	680.220,86	819.206,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.130.085,05	680.220,86

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2015											
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Total
		C. realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. líq. período	
Posição no início do período		17.500.000,00	0,00	256.204,46	139.663,87	-22.611.719,77	-151.531,82	16.634.342,65	859.971,41	-646.968,71	11.979.962,09
Alterações no período		352.360,00									352.360,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	23					392.034,95		-392.034,95			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	24								-462.516,20		-462.516,20
Ajustamentos por impostos diferidos	21,23 e 24					-84.287,51		84.287,51	99.440,97		99.440,97
Variações de capital em participadas							-39,87				-39,87
Aplicação do resultado líquido do período	21					-646.968,71				646.968,71	0,00
		352.360,00	0,00	0,00		-339.221,27	-39,87	-307.747,44	-363.075,23	646.968,71	-10.755,10
Resultado líquido do período										1.112.652,28	1.112.652,28
Resultado extensivo										1.759.620,99	1.759.620,99
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações											
Posição no fim do período		17.852.360,00	0,00	256.204,46	139.663,87	-22.950.941,04	-151.571,69	16.326.595,21	496.896,18	1.112.652,28	13.081.859,27
O Contabilista Certificado						O Conselho de Administração					

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2016											
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									Total
		C. Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Líq. período	
Posição no início do período		17.852.360,00	0,00	256.204,46	139.663,87	-22.950.941,04	-151.571,69	16.326.595,21	496.896,18	1.112.652,28	13.081.859,27
Alterações no período											0,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	23					869.403,74		-869.403,74			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	24								450.976,14		450.976,14
Ajustamentos por impostos diferidos	21,23 e 24					-186.921,80		186.921,80	-170.912,42		-170.912,42
Variações de capital em participadas											0,00
Aplicação do resultado líquido do período	21			55.632,61		1.057.019,67				-1.112.652,28	0,00
		0,00	0,00	55.632,61		1.739.501,61	0,00	-682.481,94	280.063,72	-1.112.652,28	280.063,72
Resultado líquido do período										637.366,88	637.366,88
Resultado extensivo										-475.285,40	-475.285,40
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações	18		2.389.475,00								2.389.475,00
Posição no fim do período		17.852.360,00	2.389.475,00	311.837,07	139.663,87	-21.211.439,43	-151.571,69	15.644.113,27	776.959,90	637.366,88	16.388.764,87
O Contabilista Certificado						O Conselho de Administração					

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1. Identificação da entidade

1.1. Designação da Entidade

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 Euros.

1.2. Sede

A sede social da HF é na Travessa da Fundoa de Baixo, nº. 5 – São Roque, código postal 9020-242, concelho do Funchal.

1.3. Natureza da atividade

A atividade principal da Empresa HF, é o transporte terrestre, urbano e suburbano, de passageiros. A HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e em exclusivo na Cidade do Funchal.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 22 de março de 2017, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos,

passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2016 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2015.

A HF detém controlo sobre a sua subsidiária, Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA (SG). Por este facto a HF prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo que o Grupo é constituído por estas duas Entidades.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, excetuando-se contudo as seguintes situações:

- Ativos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos ativos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização;
- Participações em subsidiárias – as quais são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

A última revalorização dos terrenos e edifícios foram efetuadas com referência a 01/01/2010.

Em 2014, foram efetuadas novas avaliações para obtenção dos justos valores, no entanto, não originaram qualquer atualização.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efetuadas ao abrigo dos Decretos - Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com exceção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo, inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter em conta as características do serviço público prestado, bem como, as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa

espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas de cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	-
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

A Empresa classifica, desde que se verifique, como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes, com as propriedades de investimentos, só são adicionados, ao custo do ativo, se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 62 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como ativos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado ativo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável. As concessões das carreiras outorgadas em regime provisório são válidas por 2 anos e as concessões outorgadas em regime definitivo são válidas por 10 anos, podendo ser prorrogadas por períodos de 5 anos, não podendo ultrapassar a data de 03/12/2019.

Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Participações financeiras

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao desconto respetivo.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua



condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata, na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata, na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar *deficits* de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos, como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de

empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no

futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando



o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 22 de março de 2017 data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 43.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e Julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Propriedades de investimento

A empresa regista as propriedades de investimento ao justo valor.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Empresa determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Empresa avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill

Os ativos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2009 e anteriores podem ser reportados por um período de 6 anos.



- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 podem ser reportados por um período de 4 anos.
- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos.
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Vidas úteis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Revalorização de ativos fixos tangíveis

Em 2010 a Empresa decidiu valorizar os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente, no caso dos terrenos e edifícios teve como referência os preços observáveis no mercado ativo ou em transações de mercado recente.

O valor da revalorização de 2010 foi novamente validado por avaliações externas efetuadas por um perito externo e independente no final de 2014, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificados pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa, bem como que coloquem em causa um ajustamento material nas quantias escrituradas nos ativos e passivos durante o exercício de 2016.

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros, da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual vai ser enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis, para uso

A 31 de dezembro de 2016 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31-12-2016	31-12-2015
Caixa		
Caixa Principal	20.040,00	20.040,00
Caixa Transf. Fundos	9.201,93	7.779,53
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	0,00	27.825,09
Montepio Geral	18.991,02	10.687,86
Novo Banco	214.436,56	173.683,34
Banco BIC	629.226,79	71.615,10
Banif	2.009,01	9.336,60
Caixa Geral de Depósitos	212.494,85	346.121,09
Millennium BCP	20.365,39	6.828,05
Int. Gestão do Crédito Público	280,68	280,68
Santander Totta	3.038,82	6.023,52
Outros depósitos bancários		
	1.130.085,05	680.220,86

Nos saldos acima referidos, não contemplam o valor de 477.158,96 euros, depositados no Banco BIC, pelo INEA-INNOV.AND NETWORKS EXECUTIVE AGENCY, entidade responsável pelo projeto europeu, Civitas Destination, para pagamentos a parceiros do projeto, definidos no contrato, no qual a HF foi nomeada consórcio e responsável pela entrega. O referido valor encontra-se a aguardar o destino a ser dado, atendendo que não foi possível efetuar o pagamento a dois dos parceiros do projeto e de acordo com o plano de pré-financiamento entregue pela entidade acima referida.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No presente exercício a HF não alterou qualquer política contabilística.

6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	8.917.681,99	9.271.836,91
Edifícios e outras construções	16.599.635,12	17.874.844,60
Equipamento básico	25.621.702,56	26.782.786,92
Equipamento de transporte	426.747,43	426.747,43
Equipamento administrativo	1.791.907,36	1.811.148,87
Outros activos fixos tangíveis	2.297.382,34	2.344.944,29
Investimentos em curso	27.507,01	61.714,57
	55.682.563,81	58.574.023,59
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-1.348.590,98	-1.681.955,69
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-30.608.686,31	-31.396.868,29
Perdas por imparidade do período		-115.440,76
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-115.440,76	
	-32.072.718,05	-33.194.264,74
Valor líquido contabilístico	23.609.845,76	25.379.758,85

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Revaloriz. imparidades	Abates alienações	Saldo final
Valor bruto:					
Terrenos e recursos naturais	9.271.836,91			(354.154,92)	8.917.681,99
Edifícios e outras construções	17.874.844,60			(1.275.209,48)	16.599.635,12
Equipamento básico	26.782.786,92	1.024.263,37		(2.185.347,73)	25.621.702,56
Equipamento de transporte	426.747,43				426.747,43
Equipamento administrativo	1.811.148,87	35.583,16		(54.824,67)	1.791.907,36
Outros activos fixos tangíveis	2.344.944,29	39.894,21		(87.456,16)	2.297.382,34
Investimentos em curso	61.714,57	3.859,00		(38.066,56)	27.507,01
	58.574.023,59	1.103.599,74	-	(3.995.059,52)	55.682.563,81
Depreciação ac. e imp.					
Terrenos e recursos naturais	(459.681,01)				(459.681,01)
Edifícios e outras construções	(3.413.514,51)	(484.420,47)		178.682,66	(3.719.252,32)
Equipamento básico	(24.812.348,05)	(787.269,52)		2.149.174,18	(23.450.443,39)
Equipamento de transporte	(426.747,43)				(426.747,43)
Equipamento administrativo	(1.772.062,70)	(42.814,32)		55.246,87	(1.759.630,15)
Outros activos fixos tangíveis	(2.309.911,04)	(34.086,67)		87.033,96	(2.256.963,75)
	(33.194.264,74)	(1.348.590,98)	-	2.470.137,67	(32.072.718,05)
Total	25.379.758,85				23.609.845,76

Nas adições:

- Em equipamento básico, 678 mil euros, na aquisição de 4 novas viaturas para utilização na rede das Zonas Altas, 341 mil euros na substituição de órgãos/componentes de viaturas. Estes, são reparados e substituídos nas nossas oficinas (trabalhos para a própria empresa), bem como 5 mil euros em equipamentos instalados a bordo das viaturas;
- Em equipamento administrativo, 36 mil euros principalmente informático, nomeadamente substituição de equipamentos afetos a relógios de ponto e computadores;
- Em outros ativos fixos tangíveis, 40 mil euros e refere-se essencialmente à atualização de *software* dos programas afetos ao relógio de ponto, bem como equipamentos para as oficinas.

As imobilizações em curso dizem essencialmente respeito a equipamentos administrativos e *software* adquiridos e ainda não instalados.

Para além do acima referido, ainda 49 mil euros na aquisição de bens e serviços, custos de projetos financiados por Fundos Comunitários, Civitas Destination, e que a HF opta por registar em ativos fixos tangíveis e reconhecendo o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

Nos abates e alienações:

- Em terrenos e edifícios, a alienação da estação de serviço da Camacha, 1.629 mil euros;
- Em equipamento básico, viaturas, 2.185 mil euros, sendo 1.636 mil euros, referente ao abate de 9 viaturas, 541 mil euros do abate dos órgãos/componentes de viaturas avariados e substituídos por outros reparados e em outros equipamentos de transporte, 8 mil euros;
- Em equipamentos administrativos, 55 mil euros, é essencialmente a alienação de equipamentos da estação de serviço da Camacha e abate de equipamentos informáticos e *software*;
- Em outros ativos fixos tangíveis, 87 mil euros, referente ao abate de equipamentos, principalmente pertencentes à oficina, uma UPS e a alienação da unidade de lavagem pertencente à estação de serviço da Camacha.

Os ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresentam-se como segue:

Rubrica	31-12-2016			31-12-2015		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e out. construções						
Equipamento básico	6.107.346,35	-4.795.010,98	1.312.335,37	5.494.035,75	-4.599.641,27	894.394,48
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros activos fixos tangíveis						
	6.107.346,35	-4.795.010,98	1.312.335,37	5.494.035,75	-4.599.641,27	894.394,48

O total futuro, dos pagamentos mínimos, apresentam-se como segue:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	342.033,00	18.000,00	360.033,00	553.778,16	9.718,45	563.496,61
Entre um e cinco anos	582.658,59	46.606,25	629.264,84	321.816,74	2.082,42	323.899,16
Mais de cinco anos						
	924.691,59	64.606,25	989.297,84	875.594,90	11.800,87	887.395,77

Restrições à titularidade apresentam-se como segue:

Descrição do equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção compra	Duração
5 viaturas transp. de passageiros	BES	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
4 viaturas transp. de passageiros	BIC	Título de propriedade	670.000,00	13.400,00	Sim	8 anos

Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Descrição dos imóveis	Passivo
Prédio urbano- artigo matricial U - 2496 Prédio rústico - artigo matricial R - 162 - Secção N	Financiamento bancário no montante de 2.815.000,00 euros

Os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, e seria acionada se não fosse liquidado na data de vencimento, 15/01/2023. Esta data foi alterada, antes 15/01/2013, atendendo à reestruturação efetuada naquele financiamento, mantendo-se assim a garantia dos ativos até aquela data. No presente exercício, mais precisamente a 16/03/2016, por contrato assinado entre as duas entidades, foram os 3 empréstimos detidos junto daquela mesma instituição, no montante de 2.815 mil euros, reformulados/transformados em mútuo com hipoteca, de igual valor, tendo sido dado como hipoteca os dois prédios rústicos acima mencionados, por tempo indeterminado e subsistirá enquanto se mantiver as responsabilidades que assegura.

7. Ativos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Valor Bruto:		
Activo fixo intangível	48.782,05	23.723,61
	48.782,05	23.723,61
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	-48.782,05	-23.723,61
Amortização acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-48.782,05	-23.723,61
	0,00	0,00

Referem-se à aquisição de bens e serviços, custos de projetos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica. Reconhece o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização. O valor deste exercício refere-se ao projeto Civitas Destination e o do ano anterior ao projeto Seemore.

Os movimentos ocorridos em ativos fixos intangíveis durante o ano 2016 são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:				
Estudos e projectos	23 723,61	48 782,05	-23 723,61	48 782,05
	23 723,61	48 782,05	-23 723,61	48 782,05
Amortização ac. e imparidade				
Depreciação do período	-23 723,61	-48 782,05	23 723,61	-48 782,05
	-23 723,61	-48 782,05	23 723,61	-48 782,05

Neste exercício, 49 mil euros e relativos a custos imputados ao projeto Civitas Destination, subsidiado por fundos comunitários e amortizados num só exercício. No ano anterior, de igual modo, mas para o projeto Seemore.

8. Participações financeiras-método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Tipo	31-12-2016			31-12-2015		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	V líquido
Comp. dos Carros São Gonçalo, SA	100% Capital	7.700.000,00	-4.749.441,50	2.950.558,50	6.000.000,00	-4.818.931,02	1.181.068,98
		7.700.000,00	-4.749.441,50	2.950.558,50	6.000.000,00	-4.818.931,02	1.181.068,98

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto				
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	6.000.000,00		1.700.000,00	7.700.000,00
	6.000.000,00			7.700.000,00
Imparidade				
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	-4.818.931,02	69.489,52		-4.749.441,50
	-4.818.931,02	69.489,52	0,00	-4.749.441,50
Total	1.181.068,98			2.950.558,50

As alterações deste exercício referem-se:

No MEP, pela aplicação do método de equivalência patrimonial na participação da SG e correspondente ao resultado líquido do exercício.

Nas outras alterações, encontram-se registados 1.700.000,00 de euros de prestações suplementares de capital, atendendo que o capital próprio da SG se encontrava abaixo de 50% do valor do capital social, situação não permitida pelo Código das Sociedades Comerciais e para ultrapassar esta situação, e dar cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia Geral de 30/12/2015, os acionistas da HF, Região Autónoma da Madeira e Empresa de Electricidade da Madeira aprovaram a realização de duas prestações suplementares de capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros, e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer deste exercício.

Fazemos notar que os saldos iniciais, diferem dos saldos finais do relatório e contas do ano de 2015, só em termos de apresentação, não influenciando o seu resultado final.

9. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Valor bruto	Imparidade	V líquido	Valor bruto	Imparidade	V líquido
OPT, SA	15.000,00		15.000,00	15.000,00		15.000,00
	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Justo valor	Saldo final
Valor bruto			
OPT, SA	15.000,00		15.000,00
	15.000,00		15.000,00
Imparidade			
OPT, SA	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00
Total	15.000,00		15.000,00

Não foi necessário qualquer ajustamento neste exercício, atendendo à análise efetuada às demonstrações financeiras provisórias deste exercício, daquela participada.

10. Ativos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Justo valor	Saldo final
Valor bruto			
BCP	13.133,99		13.133,99
	13.133,99	0,00	13.133,99
Imparidade			
BCP	-10.058,18	-2.178,30	-12.236,48
	-10.058,18	-2.178,30	-12.236,48
Total	3.075,81		897,51

Fazemos notar que a HF detinha 62.900 ações daquela entidade e no decorrer deste exercício o BCP teve a necessidade de fundir/reagrupar ações numa só, neste caso 75 ações. Aplicada a divisão das ações detidas, a HF ficou titular de 838 novas ações.

As ações foram valorizadas/ajustadas ao valor da sua cotação em 31/12/2016.

11. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado, nas demonstrações financeiras, são analisados como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
Créditos fiscais				
Provisões				
Instrumentos financeiros				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Mais-valias reinvestidas				
Investimentos financeiros				
Reavaliações contabilísticas			3.573.568,83	3.760.490,63
Outras diferenças				
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos			-205.107,94	-291.444,87
Subsídios não reembolsáveis			207.798,30	131.092,92
			3.576.259,19	3.600.138,68

Os Impostos diferidos passivos, decompõem-se da seguinte forma:

- Terrenos, 1.373 mil euros, registados com base no valor das reavaliações contabilísticas (7.389 mil euros) e corrigidos pelos coeficientes fiscais (6.385 mil euros);
- Edifícios, 2.201 mil euros, registados com base no valor líquido das reavaliações contabilísticas (10.236 mil euros);
- Subsídios ao investimento não reembolsáveis, 208 mil euros, referentes a vários projetos subsidiados por fundos europeus;
- Na compensação de ativos e passivos por impostos diferidos, 205 mil euros, foram calculados sobre os prejuízos fiscais acumulados à presente data e até ao montante que se estima reverter, pelo mesmo período, os impostos diferidos passivos (954 mil euros).

A taxa de IRC e a derrama municipal, é de 21,5%, taxa a ser aplicada para o exercício de 2017.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2016
Impostos correntes	91.542,65	74.395,75
Ajustamentos referentes a períodos anteriores		
Origem e reversão de diferenças temporárias	-100.584,87	121.612,86
	-9.042,22	196.008,61

O imposto corrente, 92 mil euros, corresponde à estimativa do IRC apurado com base no resultado do exercício e depois de efetuada as devidas correções fiscais, aplicando a taxa de tributação sobre a base de incidência fiscal, incluindo derramas e tributações autónomas, e deduzindo as deduções à coleta.

Em origens e reversões de diferenças temporais, refletem o imposto diferido reconhecido no exercício.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2016	31-12-2015
2017	477.283,55	1.326.232,17
2026	476.703,89	476.703,89
	953.987,44	1.802.936,06

12. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Valor Bruto:		
Mercadorias	108.227,26	146.583,08
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	597.587,88	539.647,67
Produtos e trabalhos em curso	89.119,40	54.696,98
	794.934,54	740.927,73
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	477,77	6.938,75
Imparidades de períodos anteriores	-190.774,28	-197.713,03
	-190.296,51	-190.774,28
Valor líquido contabilístico	604.638,03	550.153,45

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nas mercadorias, são os suportes de bilhetes e passes em que a redução é motivada pela alteração na forma de venda de tais títulos, nomeadamente bilhetes a vender a bordo;
- Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo nada de relevo registar;
- Nos produtos e trabalhos em curso, refere-se a reparações/recuperação de peças de viaturas e de obras para terceiros.

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimento de peças, o Armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, tem a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

No Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Da análise efetuada aos inventários durante o exercício findo, foram feitos ajustamentos e reversões, resultando num acréscimo materialmente irrelevante, no valor de 477,77 euros.

Das existências em armazém, suporte de bilhetes, cerca de 6 mil euros encontram-se em poder de terceiros.

O movimento ocorrido nas imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Reversões	Saldo final
Imparidades de inventários			
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	190.774,28	-477,77	190.296,51
	190.774,28	-477,77	190.296,51

13. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	497.788,61	414.901,04
Empresa-mãe		
	497.788,61	414.901,04
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-15,86	412,25
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-4.269,94	-4.682,19
	-4.285,80	-4.269,94
Valor líquido contabilístico	493.502,81	410.631,10

O aumento deve-se essencialmente a dívidas de Escolas, nomeadamente escolas profissionais.

De salientar que 280 mil euros são respeitantes às vendas de pronto pagamento, das quais 210 mil euros referem-se aos nossos agente Payshop/CTT e são liquidados no espaço de 5 dias úteis, no ano anterior era de 271 mil euros.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	-4.269,94	-15,86		-4.285,80
	-4.269,94	-15,86	0,00	-4.285,80

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Entre 365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Clientes gerais	381.646,74	111.881,92	0,00	0,00	4.259,95
	381.646,74	111.881,92	0,00	0,00	4.259,95

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Activo		
Imposto sobre o rendimento	7.697,40	0,00
IVA a recuperar	321.163,11	114.283,14
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos		
Perdas por imparidade do período		28.740,92
Perdas por imparidade de períodos anteriores		-28.740,92
	328.860,51	114.283,14
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		45.654,50
Retenções de imposto sobre o rendimento	63.902,49	72.760,28
IVA a pagar		
Outros impostos	8.645,22	8.983,21
Contribuições para a Segurança Social	174.384,60	172.300,90
Tributos das autarquias locais		
	246.932,31	299.698,89

No imposto sobre o rendimento é o valor a recuperar de IRC, resultante do apuramento, estimativa de imposto deste exercício.

Nos outros impostos, o IMI referente a 2016 a pagar em 2017.

15. Outros créditos a receber

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Outros devedores		
Adiantamentos pessoal	41.173,25	32.657,25
Out. operações pessoal	86.040,48	83.366,03
Secretaria Reg. Tur. Transportes (I. Comp.)	1.019.422,00	1.167.115,31
Empresas grupo	1.637.902,40	1.143.363,68
Estado e out. entes públicos	4.389,77	427.820,80
Outros devedores	325.835,53	384.956,57
	3.114.763,43	3.239.279,64
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	29.786,31	373.820,51
Imparidade de períodos anteriores	-88.263,62	-462.084,13
	-58.477,31	-88.263,62
Valor líquido contabilístico	3.056.286,12	3.151.016,02

Nos adiantamentos ao pessoal regista o adiantamento do subsídio de férias aos funcionários que gozam férias em Janeiro do ano seguinte.

Outras operações, é praticamente o valor atribuído ao pessoal motorista, fundo de manei, para a aquisição de bilhetes de bordo e fundo de trocos.

Na Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, 1.019 mil euros e no ano anterior de 1.167, são valores registados em acréscimos de rendimentos e referentes às Indemnizações compensatórias do ano de 2016 e o do ano anterior referente ao ano de 2011. O valor deste exercício vai ser faturado e recebido em 2017. O saldo do ano anterior, recebido neste exercício e atendendo que se refere a 2011, estava registado ajustamentos relativos ao desconto da dívida, no montante de 21 mil euros, revertidos neste exercício. De igual modo, o ano anterior, a reversão foi no montante de 298 mil euros.

Os valores das reversões acima mencionadas, são reconhecidas nas demonstrações financeiras em subsídios à exploração de acordo com a NCRF nº. 20.

Em empresas do grupo, refere-se aos fornecimentos efetuados à SG, essencialmente, de fornecimentos de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas e que vão sendo pagas consoante as suas disponibilidades financeiras.

No Estado e outros entes públicos, a diferença refere-se à dívida da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, referente ao mês de dezembro de 2015, paga em 2016.

Nas imparidades, a redução, como já acima referido é da dívida da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura e o restante valor são de imparidades de dívidas de outros devedores e credores.

16.Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	45.901,22	85.794,56
Despesas bancárias	833,16	940,55
Diversos	16.343,99	28.677,92
	63.078,37	115.413,03
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Títulos de transporte	397.310,76	403.645,20
Outros	6.672,00	14.678,40
	403.982,76	418.323,60

Em gastos a reconhecer, a variação em seguros resulta do valor do seguro de responsabilidade civil de passageiros e acidentes de trabalho registados em cada um dos exercícios, respeitante ao ano seguinte.

Em rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em janeiro de 2017, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro de 2016.

Nos outros, são rendimentos a reconhecer, renda de espaço, no exercício de 2017.

17. Capital subscrito

O capital social de 17.852.360,00 euros, representado por 3.570.472 ações ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2016.

ACIONISTAS	EM 31/12/2016		EM 31/12/2015	
	Ações	Capital	Ações	Capital
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	16.959.742,00	3.391.948	16.959.742,00
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	178.524	892.618,00	178.524	892.618,00
	3.570.472	17.852.360,00	3.570.472	17.852.360,00

18. Outros instrumentos de capital próprio

De acordo com a deliberação em assembleia geral de 15/07/2016, foram efetuadas prestações suplementares de capital no montante de 2.389.475,00 euros, sendo 2.270.000,30 euros realizadas pela acionista RAM e 119.474,79 euros pela EEM.

19. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Apresenta um saldo de 311.837,07 euros e no ano anterior de 256.204,46 euros.

20. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Reservas livres	139.663,87	139.663,87
	139.663,87	139.663,87

Correspondem ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Lda, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios da HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia Geral.

21. Resultados transitados

O detalhe dos movimentos deste exercício nesta rubrica é analisado como segue:

- Pela incorporação do resultado líquido positivo do exercício anterior deduzido de 56 mil euros da reserva legal e no montante de 1.057 mil euros;
- Das reversões de excedentes de revalorização dos edifícios, 869 mil euros e respetivo imposto diferido, no montante de 187 mil euros e no ano anterior de 392 mil euros e 84 mil euros respetivamente.

O valor dos resultados transitados no final do exercício é de 21.211 mil euros e no exercício anterior de 22.951 mil euros.

22. Ajustamentos em ativos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-151.571,69	-152.134,35
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas		562,66
	-151.571,69	-151.571,69

A variação refere-se ao reconhecimento de um subsídio ao investimento registado pela nossa subsidiária, SG, em capitais próprios.

23. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	17.625.177,29	18.494.581,03
Impostos diferidos	-3.573.568,83	-3.760.490,63
	15.644.113,27	16.326.595,21

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efetuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas, bem como pela alienação do edifício da estação da Camacha. Deriva também do reconhecimento dos respetivos impostos diferidos. Neste período foi reconhecido o montante 869 mil euros e em resultado deste, foram reconhecidos impostos diferidos no valor de 187 mil euros.

Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	758.707,06	478.643,34
Doações	18.252,84	18.252,84
Variações de capital em participadas		
	776.959,90	496.896,18

A variação ocorrida em cada um dos períodos está associada ao reconhecimento dos subsídios ao investimento e dos respetivos impostos diferidos. No ano anterior foi no montante de 610 mil euro e no presente 967 mil euros, o que correspondeu a impostos diferidos no valor de 131 mil euros e 208 mil euros respetivamente.

O valor reconhecido neste exercício respeitante a subsídios foi no montante de 451 mil euros e o imposto em 171 mil euros e no ano anterior de 463 mil euros e 99 mil euros respetivamente.

24. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	3.532.754,09	3.609.039,70
Locações financeiras	573.006,88	321.816,74
	4.105.760,97	3.930.856,44
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.424.989,51	3.384.848,10
Descobertos bancários	2.000.000,00	2.329.159,48
Locações financeiras	351.684,99	553.778,16
	3.776.674,50	6.267.785,74

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	3.424.989,51	5.714.007,58
De 1 a 5 anos	2.657.159,19	2.733.444,80
A mais de 5 anos	875.594,90	875.594,90
Locações financeiras		
Até 1 ano	351.684,99	553.778,16
De 1 a 5 anos	573.006,88	321.816,74
	7.882.435,47	10.198.642,18

À data de 31 de dezembro de 2016, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2017	2018	2019	2020	Seguintes	Total
Instituições créd. e soc. financeiras						
Empréstimos bancários	3.424.989,51	1.448.155,44	1.471.992,70	612.605,95		6.957.743,60
Locações financeiras	351.684,99	122.203,91	72.858,75	73.937,01	304.007,21	924.691,87
	3.776.674,50	1.570.359,35	1.544.851,45	686.542,96	304.007,21	7.882.435,47

Obs: Na coluna seguintes, os valores a apagar terminam no ano de 2024.

A HF neste exercício cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos encargos.

Foi amortizado capital, durante este exercício, no montante de 3.506 mil euros.

Recorreu-se a um novo financiamento em sistema de leasing, pelo período de 8 anos, junto do Banco BIC, no montante de 670 mil euros, para a aquisição de 4 novas viaturas.

Reformulou-se/transformou-se em mútuo com hipoteca, os 3 financiamentos detidos junto da Caixa Geral de Depósitos, por contrato assinado entre as duas entidades, em 16/03/2016, no montante de 2.815 mil euros, tendo sido dado como hipoteca os dois prédios rústicos acima mencionados na Nota 6, por tempo indeterminado e subsistirá enquanto se mantiver as responsabilidades que assegura.

Foi necessário recorrer ao longo do ano, para superar necessidades de tesouraria, a financiamentos bancários de curto prazo, em modalidade de crédito em conta corrente, atingindo no final do exercício o montante de 2.000.000,00 euro e, como segue:

- O financiamento de 1.500.000,00 euros, contraído junto do banco BIC;
- O financiamento de 500.000,00 euros, contraído junto da CGD.

De realçar a redução dos custos dos financiamentos, de 829 mil euros para 361 mil euros, menos 468 mil euros, justificado essencialmente por amortização de capital, renegociação dos empréstimos junto da CGD, unificando-os e prolongando o prazo de pagamento, por contratualização/revisão das taxas de juro e respetivas comissões, bem como pela baixa sucessiva das taxas Euribor indexadas aos financiamentos.

25.Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Corrente		
Fornecedores de investimentos	6.882,09	21.892,74
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	1.282.669,05	1.360.989,04
Outros credores por acréscimos de gastos	26.341,46	61.495,83
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	1.329.961,42	1.343.953,71
Pessoal		450,00
	2.645.854,02	2.788.781,32



Em outros credores por acréscimos de gastos regista os abonos diversos a pagar ao pessoal, tais como horas extras, subsídio agente único e os juros de financiamentos

Nos outros credores encontra-se registado essencialmente o valor a pagar à nossa subsidiária, SG, no montante de 1.271 mil euros e no ano anterior 1.235 mil euros e refere-se à venda de títulos de transporte por parte da HF. Os restantes valores dizem respeito a trabalhos especializados e comissões.

26.Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores c/corrente		
Gerais	1.117.893,10	1.224.145,14
Facturas em recepção e conferência	-4.772,05	-7.029,50
	1.113.121,05	1.217.115,64

As dívidas a fornecedores, são praticamente com uma antiguidade de saldos até 90 dias, ou seja, superior a esta é irrelevante.

Do valor apresentado, 942 mil euros é a dívida a grandes fornecedores de gasóleo, peças, pneus, de alguns serviços de manutenção de equipamentos, de software, de serviços de limpeza e segurança.

27.Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados são analisados como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Vendas		
Suportes de títulos	493.935,97	486.086,07
Serviços prestados		
Títulos de transporte	13.282.107,94	13.375.576,24
	13.776.043,91	13.861.662,31

Abaixo apresentamos uma breve análise a esta rubrica:

No total das vendas e prestações de serviços, um decréscimo de 86 mil euros (- 0,6%) em relação ao ano anterior, tendo a seguinte explicação:

- Nas vendas, verifica-se um aumento de 8 mil euros (1,6%), pelo aumento das vendas de suportes de bilhetes, principalmente de bordo e pela redução do preço unitário de aquisição;
- Nas prestações de serviços, uma redução de 94 mil euros (-0,7%). Os títulos de transporte com reduções mais significativas foram os pré-comprados adulto e criança, os passes escolares, os passes sociais I e II, os passes sociais sénior I e os reformados/pensionistas.

Para além dos títulos acima referidos, verificou-se uma diminuição nos títulos da festa do Monte e nos passes férias estudante.

Abaixo apresentamos, de uma forma sintetizada, as variações dos valores das vendas de títulos comparativamente com o ano anterior:

- Bilhetes -0,5%;
- Passes -0,7%;
- Outros títulos -13,6%.

Neste exercício, não houve aumento de tarifário.

28.Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Subsídio à exploração-Indemnização compensatória	1.169.917,24	3.572.770,45
Subsídio à exploração-outros	5.781,86	
	1.175.699,10	3.572.770,45

Os valores envolvidos são explicados da seguinte forma:

Nos subsídios à exploração, uma redução de 2.397 mil euros, sendo justificado principalmente pelo fato da Indemnização Compensatória do ano de 2016, atribuída pelo contrato assinado em 31/12/2016, no valor de 3.289 mil euros, ter sido reduzida para 1.019 mil euros e a diferença no montante de 2.270 mil euros foi paga através da realização de prestações suplementares de Capital. Justifica-se também, em parte, pelo registo de 129 mil euros de IVA liquidado sobre as indemnizações compensatórias (IC) recebidas no período de agosto de 2014 a agosto de 2016 e regularizado junto da Autoridade Tributária, pelo fato da HF ter considerado que as IC não se encontravam sujeitas a IVA. Adicionalmente foi reconhecido nas demonstrações financeiras o valor de 21 mil euros de ajustamentos, relativos ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, e ser reconhecido nesta rubrica, de acordo com a NCRF 20. No exercício de 2016, o ajustamento foi no valor de 298 mil euros;

O contrato acima, refere ainda:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2016, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, deste exercício, será efetuado pela Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura até 31/08/2017;

- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2015, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

29. Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se conforme segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		-112.972,51
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	69.489,52	
	69.489,52	-112.972,51

Os valores apresentados em 2015 representam o resultado líquido negativo da nossa participada SG e em 2016 um resultado líquido positivo.

30. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Inventários iniciais		
Produtos e trabalhos em curso	-54.696,98	-82.111,60
Regularizações		
Inventários	-75,90	4.842,02
Inventários finais		
Produtos e trabalhos em curso	89.119,40	54.696,98
	34.346,52	-22.572,60

Esta rubrica regista a variação do fabrico e reparação/recuperação de peças para o armazém, bem como das reparações em viaturas de terceiros, efetuadas na oficina.

31.Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Activos fixos tangíveis	327.002,35	364.941,73
Activos intangíveis	43.657,67	10.974,94
Inventários	177.154,23	130.030,51
	547.814,25	505.947,18

Nos ativos fixos tangíveis o montante resulta das reparações em órgãos de substituição das viaturas.

Nos ativos intangíveis, são as remunerações imputadas ao projeto subsidiado por fundos comunitários, Civitas Destination.

Nos inventários, refere-se a reparações/recuperações de peças para armazém.

32.Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Mercadorias	185.880,23	197.951,67
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.724.558,24	6.108.383,60
	5.910.438,47	6.306.335,27

A variação apresentada no custo das mercadorias vendidas e consumidas é de menos 396 mil euros e é justificada da seguinte forma:

- Nas mercadorias, menos 12 mil euros;
- Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, menos 384 mil euros. Foi o custo do consumo do gasóleo que mais contribuiu para esta diferença, 315 mil euros. Quanto aos restantes bens, menos 69 mil euros, oscilaram entre variações positivas e



negativas, mas destacando-se os pneus e materiais para direção eixos e travões, ambos em menos 34 mil euros.

Consumos da HF:

- A quantidade de gasóleo consumida pelas viaturas afetas ao serviço de transporte público foi de 3.703 mil litros, menos 41 mil litros que no ano anterior;
- O custo com o consumo de 3.703 mil litros de gasóleo, foi de 2.904 mil euros, menos 220 mil euros que o ano anterior;
- A média do consumo de combustível por 100 Km diminuiu, sendo em 2016 de 63,60 L e no ano anterior de 64,14 L.

O consumo de gasóleo cedido a terceiros, SG e Carristur, foi no montante de 941 mil euros, menos 81 mil euros que no ano anterior. Em quantidades foi de 1.199 mil litros, menos 25 mil litros que no ano anterior.

33.Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Subcontratos		10.732,85
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	164.127,50	221.891,88
Publicidade e propaganda	38.911,58	19.923,26
Vigilância e segurança	77.349,48	110.099,78
Honorários	18.555,00	19.399,00
Comissões	158.113,26	162.633,49
Conservação e reparação	371.129,33	360.648,10
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8.151,94	6.766,73
Livros e documentação técnica	580,17	492,63
Material de escritório	3.998,64	2.368,07
Artigos para oferta	0,00	
Outros	28.777,68	37.224,24
Energia e fluidos:		
Electricidade	84.060,77	82.315,34
Combustíveis	28.174,62	22.312,40
Água	17.145,54	14.452,57
Outros fluidos	7.041,49	3.941,79
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	11.526,47	1.039,92
Transportes de pessoal	0,00	
Transportes de mercadorias	12.433,58	12.798,53
Outros serviços diversos		
Rendas e alugueres	11.482,14	11.531,46
Comunicação	77.192,61	75.965,70
Seguros	212.137,49	237.951,00
Royalties		
Contencioso e notariado	2.389,17	1.558,83
Despesas de representação	1.336,01	358,90
Limpeza, higiene e conforto	124.003,69	137.482,78
Outros serviços	167.525,15	125.242,38
	1.626.143,31	1.679.131,63

O total desta rubrica regista uma redução de 53 mil euros (-3,16%) relativamente ao ano anterior.

Da análise efetuada, a redução desta rubrica deriva da variação positiva e negativa dos vários tipos de custos e justifica-se, rubricas mais significativas, da seguinte forma:

Reduções

- Nos subcontratos, 11 mil euros, refere-se a serviços solicitados à SG, contrato de prestação de serviços da rede interurbana, contratada à HF;
- Nos trabalhos especializados, 58 mil euros, resulta de estudos e pareceres iniciados em anos anteriores e finalizados neste exercício, bem como da nova contratualização dos serviços de auditoria;
- Na vigilância, em cerca de 33 mil euros, pela revisão do contrato;
- Nos honorários versus trabalhos especializados, 3 mil euros, pela nova contratação dos serviços do posto clínico;
- Nos seguros, principalmente pela redução do número de viaturas seguradas;
- Na limpeza, higiene e conforto, pela nova contratualização dos serviços de limpeza afetos aos edifícios.

Aumentos

- Na publicidade, deve-se essencialmente à publicidade efetuada para a comemoração dos 30 anos da empresa e outras de divulgação e promoção dos nossos serviços;
- Nas deslocações e estadas, 10 mil euros, relacionadas com deslocações em serviço;
- Nos outros serviços, 42 mil euros, relacionado essencialmente com o aumento de serviços requisitados no exterior para obras terceiros.

Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações dos órgãos sociais	139.999,46	190.831,90
Remunerações do pessoal	7.051.220,97	7.371.125,11
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações	88.264,54	104.000,00
Encargos sobre remunerações	1.552.113,70	1.578.764,57
Seguros de acidentes de trab. e doenças profissionais	73.228,99	57.202,91
Gastos de acção social	1.588,58	1.094,91
Outros gastos com o pessoal	2.836,34	14.028,36
	8.909.252,58	9.317.047,76

Nos gastos com pessoal, verificou-se um decréscimo de 408 mil euros, pelos seguintes motivos e nas rubricas mais significativas:

Aumentos:

- Nos seguros de acidentes de trabalho, 16 mil euros;
- Nas horas extras e agente único, um aumento de 34 mil euros e 27 mil, respetivamente.

Reduções:

- Nas remunerações dos órgãos sociais, em 51 mil euros pela alteração da legislação vigente;
- Nas remunerações do pessoal, em 320 mil euros, sendo o descanso compensatório por trabalho suplementar prestado, em exercícios anteriores, que mais contribuiu para esta redução, menos 322 mil euros, nos restantes abonos uma variação negativa de 59 mil euros, justificado essencialmente pela redução de 4 trabalhadores, dos quais um quadro dirigente;
- Nas indemnizações a trabalhadores, por cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo, em 16 mil euros, sendo 104 mil euros em 2015 e 88 mil euros em 2016;



- Nos encargos com remunerações, 27 mil euros, reflexo da redução das remunerações;
- Em outros gastos com o pessoal, 11 mil euros.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	11	12
Quadros superiores		
Quadros médios	3	3
Chefias intermédias		
Profissionais altamente qualificados	23	23
Profissionais semi-qualificados	389	392
Contratados a prazo		
	429	433

Fazemos notar que no quadro acima não inclui os 11 trabalhadores com contrato de cedência à nossa parceira, Carristur, sendo 10 motoristas e 1 administrativo.

34. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	35.433,12	35.433,12
Obras para terceiros	1.185.885,62	1.313.277,08
Sucatas / desperdícios	8.607,55	5.940,38
Cedências para terceiros existências	949.664,40	1.052.114,84
Despesas debitadas a terceiros	395.933,23	355.438,36
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	201.154,62	176.840,08
Desp. embates e imob. de viaturas	7.545,20	7.777,40
Outros rendimentos suplementares	53,06	38,93
Descontos de pronto pagamento obtidos	168,86	137,74
Ganhos em inventários	42.070,45	6.390,04
Investimentos rest. activos financeiros	1,29	
Investimentos não financeiros	257.181,89	150,00
Subsídios ao investimento	217.722,91	480.306,48
Juros obtidos	2.044,36	1,30
Outros	21.424,46	42.903,42
	3.324.891,02	3.476.749,17

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi de menos 151 mil euros. Abaixo descrevemos as variações mais significativas:

Reduções

- Em obras para terceiros, 127 mil euros, relacionadas com as obras em viaturas da SG e da nossa parceira Carristur;
- Em cedências para terceiros de existências, 102 mil euros, principalmente à cedência de gasóleo à SG e à nossa parceira Carristur;
- Em subsídios ao investimento, 263 mil euros, reconhecimento de subsídios, relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e por fundos do Governo Regional da Madeira.

Aumentos

- Despesas debitadas a terceiros, 40 mil euros, pelo aumento dos serviços requisitados no exterior;

- Em cedência de espaço, 24 mil euros, relacionada com publicidade afixada nos autocarros;
- Ganhos em inventários, 36 mil euros;
- Em investimentos não financeiros, 257 mil euros, refere-se essencialmente à alienação da Estação de serviço da Camacha, incluindo seus equipamentos.

Nas outras variações desta rubrica não existem diferenças relevantes.

35.Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Impostos	15.119,01	14.650,96
Perdas em inventários	4.730,07	11.405,57
Investimentos não financeiros	46.686,19	10.292,48
Donativos	0,00	431,20
Quotizações	3.491,28	3.491,28
Ofertas e amostras de inventários	10.160,20	50.088,29
Juros de desconto de títulos	0,00	
Juros de mora e compensatórios	101,18	15,17
Outros juros	0,00	
Outros não especificados	22.022,18	41.819,48
Desc. p. pag. concedidos		
	102.310,11	132.194,43

Nesta rubrica uma redução de 30 mil euros, sendo os mais relevantes:

Aumentos:

- Em investimentos não financeiros, abate de órgão de substituição em 36 mil euros.

Reduções:

- Em oferta e amostras de existências o montante de 40 mil euros;
- Em outros não especificados, rubrica de acontecimentos sem repetição/espóricos, releva-se a insuficiência de imposto, IRC em 12 mil euros.

36. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Gastos		
Activos fixos tangíveis	1.348.590,98	1.681.955,69
Activos intangíveis	48.782,05	23.723,61
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
	1.397.373,03	1.705.679,30

Reduções:

Nos gastos de depreciação de ativos fixos tangíveis, em 308 mil euros, é resultante dos bens que terminaram a sua vida útil.

Aumentos:

- Nos acréscimos do exercício, principalmente pela aquisição de 4 viaturas, órgãos de substituição de viaturas e novos equipamentos, quer de informática quer da oficina;
- Nos ativos intangíveis os valores referem-se a custos de projetos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização, no exercício anterior refere-se ao projeto Seemore e neste exercício o Civitas Destination.

37. Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

A HF registou em 2015 uma perda por imparidade no montante de 115 mil euros, relativa a 4 viaturas elétricas, por se encontrarem imobilizadas, por avarias, motivadas essencialmente pela parte relacionada com as baterias. À presente data encontra-se em estudo o fim a que se destinam.

38. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares é analisada como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Juros suportados	240.180,74	601.081,13
Outros gastos e perdas	120.940,80	227.669,06
	361.121,54	828.750,19

As variações acima apresentadas, menos 467 mil euros, justificam-se da seguinte forma:

- Nos juros suportados, em 361 mil euros, motivado pelas amortizações de capital dos financiamentos contraídos, pela redução das taxas de juro e respetivos encargos, renegociados com as instituições financeiras a que os mesmos estão afetos;
- Nos outros gastos e perdas, uma redução de 107 mil euros, principalmente pelas comissões de gestão pagas na contratação/renegociação dos financiamentos.

39. Garantias

As garantias prestadas a favor de terceiros são analisadas conforme segue:

Entidade	Passivos	Limites	31-12-2016
CGD	2 Prédios (nota 6)	2.345.833,33	2.345.833,33
B BIC	Financiamento (Livrança)	2.611.910,27	2.611.910,27
B BIC	Crédito em conta corrente (livrança)	1.500.000,00	1.500.000,00
Banif	Crédito em conta corrente (livrança)	1.000.000,00	
BCP	Crédito em conta corrente (livrança)	300.000,00	
BTA	Crédito em conta corrente (livrança)	500.000,00	
M. Geral	Crédito em conta corrente (livrança)	500.000,00	
CGD	Crédito em conta corrente (livrança)	1.000.000,00	500.000,00
CGD	Fianciamento em leasing (livrança)	167.061,54	167.061,54
BES	Fianciamento em leasing (livrança)	154.630,33	154.630,33
BIC	Fianciamento em leasing (livrança)	603.000,00	603.000,00
		10.682.435,47	7.882.435,47

As garantias prestadas de terceiros a favor da HF são analisadas conforme segue:

Descrição	Fim	31-12-2016
BP Portugal, S.A. Mendes Gomes, Lda.	Caução fornecimento de Gasóleo	652.820,00
	Caução fornecimento de 4 viaturas	13.400,00
		666.220,00

40. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de dezembro de 2016, a estrutura acionista da Empresa, em número de ações, é a seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015
Região Autónoma da Madeira	3.391.948	3.391.948
Empresa de Electricidade da Madeira, SA	178.524	178.524
	3.570.472	3.570.472

As transações entre partes relacionadas para além das acima referidas, apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Vendas e prestações de serviços		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira		1.380,00
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	3.975.762,66	2.358.586,13
Gastos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	-102.728,83	-82.315,34
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	-2.391,13	-14.485,40
Outras		
OPT	-34.481,16	-29.082,92
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria	-1.203,95	-974,65
Rubina Filipa Nunes Gonçalves	-2.575,00	-1.455,50
	3.832.382,59	2.231.652,32

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Activos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	2.150,32	3.833,92
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	1.637.902,40	1.143.363,68
Passivos		
Accionistas		
Região Autónoma da Madeira		
Empresa de Electricidade da Madeira	-8.788,95	-8.146,58
Subsidiárias		
Companhia dos Carros de S. Gonçalo,S.A.	-1.273.502,45	-1.250.539,16
Outras		
OPT	-8.870,29	0,00
Outras partes relacionadas		
Herdeiros de António José Jardim Faria	-442,75	-170,68
Rubina Filipa Nunes Gonçalves	0,00	0,00
	348.448,28	-111.658,82

No ativo, os valores são referentes ao fornecimento de bens e serviços, tais como gasóleo, serviços de manutenção de viaturas e cedências de espaço para publicidade e em parques de estacionamento.

No passivo, os valores estão relacionados com venda de títulos de transporte, eletricidade, manutenção de equipamentos, artigos para armazém e serviços de advocacia.

41. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.

Anexo ao relatório do conselho de administração

(a que se refere o nº. 5 do Artº. 447º. do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais)

Orgãos Sociais (Artº. 447º., nº. 1 do C.S.C)	Nº. Ações	
	31/12/2016	31/12/2015
Exercício de 2016 até 31/03/2016:		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		
Exercício de 2016 a partir de 01/04/2016		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira do Couto Cardoso Susana Maria Florenço Pinto Correia		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, SROC, Lda. nº. 29 Rep. por João P. Torres da Cunha Ferreira ROC		

Acionistas (Artº. 447º., nº. 2, alínea d) do C.S.C.)	Nº. Ações	
	31/12/2016	31/12/2015
Região Autónoma da Madeira Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	3 391 948 178 524	3 391 948 178 524

Informação a que se refere o nº. 4 do Artigo 448º. do C.S.C.

Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2015 a seguinte posição

Acionistas	Nº. Acções	%
Região Autónoma da Madeira Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	3 391 948 178 524	95,00% 5,00%

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Agradecimentos

A execução do plano de atividades no exercício de 2016 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Os nossos clientes sem exceção;
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhámos, pela confiança e apoio demonstrados;
- A Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A, nossa acionista;
- A RAM, também nossa acionista, em particular a Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura e à Secretaria das Finanças e da Administração Pública e os seus serviços, que nos ajudaram no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos;
- Os quadros da Horários do Funchal Transportes Públicos S.A, pelo esforço e empenho no cumprimento dos objetivos propostos.

A todos e a todas o nosso muito obrigado.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A. (adiante também designada por Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 32 257 350 euros e um total de capital próprio de 16 388 765 euros, incluindo um resultado líquido de 637 367 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção de que as contas do exercício anterior foram objeto de Revisão Legal das Contas, por parte de outros auditores, os quais emitiram uma opinião sem reservas e com uma ênfase relativo ao Capital Próprio da Empresa, que se manteve positivo e nos limites legais, por força de uma revalorização dos imóveis de sua propriedade, validada em 2014 por perito externo. Em 2016 verificou-se novo reforço de capital, por via de prestações suplementares de capital, em 2 389 475 euros. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de março de 2017



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2016, a atividade da Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

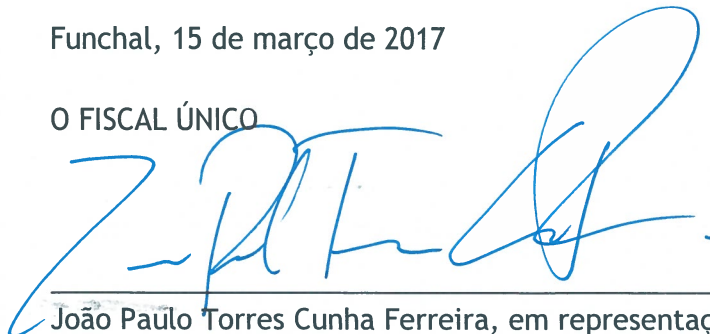
Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2016;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 15 de março de 2017

O FISCAL ÚNICO



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC, Lda.